

NOTA DE ABERTURA

A DINÂMICA EXPORTADORA

1. Portugal regista, ao longo da sua história multiseccular, longos e sucessivos défices nas suas trocas comerciais com o exterior. No seu período mais recente a continuidade de saldos negativos remonta ao final da II Guerra Mundial (período durante o qual e por motivos excepcionais tivemos, alguns anos, em que exportámos mais do que importámos), numa sequência que apenas seria interrompida na presente década, com a aplicação da política consagrada no Memorando de Entendimento celebrado com a «troika». Mais concretamente, desde 2012, Portugal vem registando saldos de sinal positivo na balança de bens e serviços (contabilizados em valores nominais) o que tem sido considerado por muitos como um sinal inequívoco de uma mudança de rumo na economia do país, no sentido de projectar o chamado «sector exportador» para o papel de principal impulsionador do nosso crescimento económico.

Na realidade foram duas as grandes variações observadas estatisticamente:

- Por um lado, uma evolução das exportações de bens e serviços acima do crescimento do PIB nominal, o que fez com que aquelas passassem de um peso de 30% no PIB em 2010 para 40% no ano de 2013, tendo-se mantido neste patamar nos dois anos seguintes;
- Por outro, a obtenção como já referimos, em 2012, de um saldo positivo da balança de bens e serviços que, igualmente, se manteria nos três anos seguintes.

Não se questiona que, em si mesmo, esta evolução não vá num sentido positivo, o que nos interrogamos é sobre o alcance que podemos atribuir a estes números. Ou seja, será que com base nestes indicadores podemos falar de uma efectiva viragem do perfil da nossa economia? Será que os mesmos indiciam uma mudança estrutural na nossa competitividade externa?

2. Para responder às questões anteriores teremos, não só, que contextualizar a evolução ocorrida, como efectuar uma leitura um pouco mais aprofundada daqueles números e do seu significado. Isto é, temos que, nomeadamente, introduzir um conjunto de variáveis adicionais. A saber:

- Avaliar se a evolução favorável do nosso comércio externo resulta de ganhos de quota de mercado, indicadores de que a nossa competitividade externa aumentou, ou se se assistiu, simplesmente, a uma evolução das exportações conforme com a evolução da procura externa dirigida à economia portuguesa.

— As exportações nas estatísticas oficiais são expressas em valores brutos ficando, por isso, por conhecer qual foi a sua evolução em valores líquidos (sem a respectiva componente importada). É apenas esta última que nos permite saber se estamos a exportar “mais do mesmo”, mantendo uma elevada dependência de componentes importadas ou se estamos a conseguir aumentar o valor acrescentado produzido internamente naquilo que exportamos.

— O saldo da balança comercial, só por si, não nos permite avaliar o nosso desempenho económico, sendo, naturalmente, muito diferente se o mesmo fôr obtido com base num crescimento sustentado da produção nacional, reflectido, em especial, nas exportações, ou se ele resultar, no essencial, de uma contracção da procura interna e da quebra, daí resultante, do volume das importações.

— Igualmente, o saldo da balança de bens e serviços sendo obtido em valores nominais não nos esclarece sobre as variações em volume naquilo que exportamos e importamos, ou seja, as variações observadas podem resultar fundamentalmente de uma alteração dos termos de troca da nossa economia. Neste caso, se as variações nos preços relativos fôr significativa, temos ainda que analisar se tal se fica a dever a um aumento dos preços das exportações (o que indicaria uma evolução virtuosa marcada por uma subida na respectiva cadeia de valor) ou se resulta, no essencial, de uma descida dos preços das importações, não traduzindo, neste caso, qualquer mudança com origem em factores internos.

— Por último, quando olhamos para o saldo da balança comercial e para o comportamento das exportações nacionais temos que atender ao percurso das suas várias componentes e avaliar o que é estrutural e o que é meramente produto de flutuações conjunturais e verificar, ainda, se as políticas públicas em curso estão ou não a ser reflectidas nestes comportamentos.

3. Analisemos então, sumariamente e a partir dos dados estatísticos disponíveis, o que se passou em relação a cada um dos pontos levantados. Assim, temos:

— No que se refere aos eventuais ganhos em matéria de quota de mercado os números não são muito animadores. Na realidade os ganhos obtidos são mínimos entre 2012 e 2015 (com alguma variação positiva nos anos de 2013 e 2015, contrabalançada por variações negativas em 2012 e 2014) ou, dito de outro modo, a evolução das exportações acompanhou a evolução da procura externa dirigida à economia portuguesa. Esta situação, segundo as previsões oficiais (do O.E. para 2016), deverá manter-se este ano com as exportações a evoluírem em linha com a procura externa.

— No que concerne à evolução das exportações expressas em valores líquidos, não dispomos de números para os anos mais recentes. Os indicadores conhecidos reportam ao ano de 2009 e fazem um diagnóstico do perfil das nossas exportações que não é de todo o melhor. Podemos presumir que nos anos subsequentes (de contracção da economia) a realidade não terá sofrido uma variação de sinal positivo, podendo mesmo ter-se agravado. Ou seja, tomando como ajustados à realidade actual os números de 2009, temos que as nossas exportações se caracterizam por uma elevada incorporação de componentes importadas que, em média, ultrapassa os 40%, embora sejam visíveis diferenças significativas de produto para produto. Assim, se nos serviços a componente importada não ultrapassa os 20%, nos bens atinge praticamente os 50%, sendo que em algumas actividades (geralmente com maior incorporação de valor) se situa acima dos 60%, como sucede com as “máquinas” e o “material de transporte”.

Dado que, muitas vezes, se faz referência à componente importada do consumo privado importa referir, como elemento comparativo, que este regista um conteúdo importado de 30% número que, no entanto, com a destruição, em resultado da crise, de uma parte significativa de empresas produzindo para o mercado doméstico, poderá ter-se agravado.

— Olhando para os números do nosso comércio externo nos anos do Memorando facilmente reconhecemos que a melhoria do respectivo saldo resultou em primeiro lugar da forte quebra das importações que acompanhou a diminuição da procura interna (consumo e investimento). A subida das exportações nestes anos fez-se em linha com a recuperação da economia internacional e tendo como referencial a recuperação das quebras ocorridas nos dois anos anteriores.

— Quanto à comparação entre o saldo da balança comercial obtido em valores nominais e em volume verifica-se que entre 2013 e 2015 existiram diferenças significativas entre ambos. Se, como vimos, o saldo se apresenta positivo em valor ao longo destes anos, em volume os números para 2014 e 2015 são claramente negativos. Ou seja, a hipótese de o saldo positivo resultar dos termos de troca confirma-se. E, olhando para os valores das exportações e das importações, observamos que, enquanto nas exportações a evolução expressa nas duas unidades de medida não se afasta de forma significativa (0.3 p.p. de diferença, em média anual, entre 2012 e 2015 a favor da evolução em volume), nos números sobre as importações essa diferença é significativa (2.3 p.p. nos mesmos anos). Confirma-se assim, também, a hipótese de o saldo positivo da nossa balança de bens e serviços, sobretudo em 2014 e 2015 (anos em que a procura interna dava alguns sinais de recuperação), resultar da descida do preço dos bens importados (especialmente, como sabemos, das matérias-primas e, em especial, do petróleo). Contudo, importa ainda referir que, no que se refere aos bens, a evolução das exportações, quer em volume, quer em valor, agravariam o défice comercial, dado que as importações, mesmo em valor, cresceram mais do que aquelas. Foram os serviços que permitiram reequilibrar os dois fluxos através da obtenção de um saldo dos mesmos crescentemente positivo (o que confirma, como referimos anteriormente, a forte dependência externa ao nível dos bens do que produzimos e consumimos).

— Finalmente, quanto a uma leitura mais fina no nosso perfil exportador, é importante, olhar separadamente para os números dos bens e dos serviços. Se o saldo da balança de bens (em valor) regista no conjunto dos dois últimos anos (2014 e 2015) um défice superior ao registado nos dois anos anteriores (2012 e 2013) foi, de facto, a balança de serviços (com destaque para 3 grandes conjuntos de actividades: o turismo, o transporte de passageiros e os serviços fornecidos a empresas) que, registando um crescimento entre 2012 e 2015 de 2.1. p.p. (contra 1.1. p.p. dos bens) permite ao país ter uma balança de bens e serviços positiva, contribuindo assim de forma determinante para reduzir as necessidades de financiamento externo da economia e para a melhoria das nossas balanças corrente e de pagamentos.

Temos, assim, que o contributo para o saldo da balança comercial que resulta dos chamados sectores de bens transaccionáveis fica muito aquém do dos sectores de serviços (ainda, muitas

vezes, identificados como não transaccionáveis). Aliás, em 2015, e se usarmos os números das componentes importadas referidos atrás para os bens e serviços, temos que o valor nacional criado pelas exportações de serviços já atinge $\frac{2}{3}$ daquele que resulta da exportação de bens. Por outro lado, os mercados de destino das nossas exportações não se alteraram de forma significativa, com excepção de Angola (em 2015, este deixou de ser o nosso 4º mercado com uma quebra que ultrapassou o efeito “crise do petróleo”, com Portugal a registar uma perda de quota de mercado naquele país significativa). Os três maiores mercados (Espanha, França e Alemanha) continuam a representar quase 50% das nossas exportações de bens, com a agravante de na relação com a Espanha ter ocorrido um desequilíbrio agravado, em que para além de o nosso parceiro ibérico representar cerca de $\frac{1}{4}$ das nossas exportações de bens e $\frac{1}{3}$ das importações, temos com ele um défice no comércio de bens que, em 2015, atingiu um valor próximo dos 8 mil milhões de euros que é apenas um pouco inferior ao do défice global do nosso comércio externo de bens.

4. Em conclusão, os números exibidos, mais do que uma resposta à crise são uma sua consequência. Resultam em grande medida da política de austeridade adoptada e não configuram um modelo alternativo ou um caminho para a saída da crise, a qual tendo entrado numa nova fase, ainda não foi superada. Ou seja, a melhoria do saldo da balança comercial foi inicialmente provocada pela contracção das importações resultante da quebra na procura interna, isto é do investimento e do consumo, que incorporam ambos um peso elevado de produtos importados. Por outro lado, o aumento do peso das exportações brutas no PIB, que foi uma realidade nestes últimos anos, ocorreu num cenário de recessão ou de magro crescimento da economia do país, simultâneo com uma retoma da procura por parte das economias para onde exportamos. Ou seja, o crescimento das exportações a que se assistiu não configura um ganho significativo de quota de mercado, responde sim a mudanças de ciclo económico (de base conjuntural) e não é o resultado de uma grande alteração no perfil, quer dos produtos exportados, quer dos mercados de destino.

Houve, sem dúvida, casos de sucesso de empresas, e mesmo de sectores de actividade, que conseguiram enfrentar a crise reconvertendo-se e reorientando a sua produção para novos mercados (os sectores do vestuário e do calçado e da construção estão repletos de bons exemplos), mas em si mesmo, não reflectem uma mudança geral do nosso perfil competitivo nem uma alteração significativa do nosso posicionamento nas cadeias globais de produção. Na realidade é apenas nos serviços às empresas, ainda com valores de exportação em 2015 que representam pouco mais de um quarto das exportações de serviços (ou seja, cerca de 8% das nossas exportações totais), que se vêem sinais de uma mudança mais acentuada (nos últimos dois anos o crescimento das exportações foi de cerca de 17%).

Apesar disto, os últimos números dos apoios concedidos pelo COMPETE 2020 dizem-nos que as empresas do sector dos serviços (incluindo o comércio) apenas beneficiaram, até ao momento, de cerca de 5% do total de incentivos concedidos, contra mais de 50% atribuídos a empresas industriais. Ou seja, tudo parece continuar como dantes na afectação dos recursos públicos, os quais prosseguem em contra-ciclo em relação às tendências da economia e da globalização.

1 - SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. As últimas actualizações às projecções do FMI (de Janeiro) perspectivaram um **crescimento ligeiramente mais moderado em 2016 e 2017, de 3,4% e 3,6%, respectivamente, para a economia mundial** (-0,2 pontos percentuais do que a projecção de Outubro). Nas previsões de Inverno da **Comissão Europeia**, divulgadas no início de Fevereiro, previram-se crescimentos de 1,7% e 1,9% para a Zona Euro, em 2016 e 2017 e, para os mesmos anos, de 1,5% e 1,6% para Portugal, de 2,8% e 2,5% para Espanha, de 1,8% em ambos os anos para a Alemanha, de 1,3% e 1,7% para França, e de 2,1% em ambos os anos para o Reino Unido. Finalmente, as mais recentes **previsões do BCE** (final de Fevereiro), revendo ligeiramente em baixa as anteriores, apontam para crescimentos **da economia mundial de 3% e 3,5%, para 2016 e 2017, respectivamente, e para a zona Euro de 1,4%, 1,7% e 1,8%, para 2016, 2017 e 2018.**
2. Os dados mais recentes sobre a evolução do PIB apontam para uma ligeira desaceleração do ritmo de crescimento da actividade na UE28 no último trimestre de 2015, para 1,8%, (compara com o crescimento homólogo de 1,9% no 3º trimestre de 2015) e para a manutenção do ritmo de crescimento do PIB na Zona Euro com uma variação homóloga de 1,8%, coincidente com o crescimento homólogo registado no segundo e terceiro trimestres de 2015. A evolução do emprego estabilizou, com um crescimento homólogo de 1% em todos os trimestres de 2015, na UE28, ainda que com resultados mais favoráveis na Zona Euro, com uma ligeira aceleração no crescimento homólogo do emprego de trimestre para trimestre, tendo ascendido a 1,2% no último trimestre de 2015. A inflação anual manteve-se baixa nos últimos meses de 2015 e voltou a ser negativa em Fevereiro último, com uma variação de -0,2% tanto na Zona Euro, como no conjunto da UE28, com o contributo significativo da descida de preços dos bens energéticos.

Evolução mensal do preço do Petróleo



3. **O preço do petróleo no segundo semestre de 2015 e até Janeiro de 2016 seguiu uma trajectória continuamente descendente**, com o barril de “brent” a atingir 34.74 dólares no início do mês de Janeiro. Só em Fevereiro e Março do corrente ano se registaram oscilações positivas, com o preço a chegar aos \$39,91. Para 2016 e 2017, segundo o FMI, os mercados de futuros permitem antecipar apenas modestos aumentos no preço do petróleo.
4. Em termos prospectivos as últimas previsões de crescimento do PIB mundial e do comércio mundial para 2016 foram revistas em baixa pelos vários organismos internacionais, designadamente o FMI e o BCE. Para a Zona Euro é esperada a continuação da recuperação a um ritmo moderado, também revisto em baixa, face às perspectivas de evolução da economia mundial. Segundo o BCE, a procura interna da Zona Euro será suportada pelos impactos positivos da política monetária acomodatória nas condições de financiamento, bem como pela recuperação do emprego induzida pelas reformas estruturais em curso. O baixo preço de petróleo reflectir-se-á em ganhos no rendimento disponível das famílias e em ganhos de competitividade para as empresas e para o investimento. A política fiscal seguirá uma tendência mais expansionista, em parte reflectindo as medidas de apoio aos refugiados do médio oriente. A recuperação está no entanto condicionada pela incerteza associada às perspectivas desfavoráveis de crescimento nas economias emergentes, à volatilidade dos mercados financeiros, e à lenta implementação das reformas estruturais.

II - ECONOMIA PORTUGUESA

Produto, Procura Interna e Procura Externa

No 4º trimestre de 2015 o PIB aumentou 1,3%, por comparação com o último trimestre de 2014 (compara com variações homólogas de 1,4% no 3º trimestre de 2015 e de 0,6%, no 4º trimestre de 2014) e no conjunto do ano de 2015 o crescimento foi de 1,5% (0,9% em 2014), suportado sobretudo pelo consumo e pelas exportações.

O crescimento do PIB em 2015 contou com um maior contributo da procura interna, de 2,4 pontos percentuais (p.p.), e de um contributo de -1 p.p. da procura externa líquida, menos negativo do que em 2014.

O maior contributo da procura interna para o crescimento do PIB em 2015 resultou de uma **aceleração do crescimento do consumo privado**, para 2,6% (foi de 2,2% em 2014) e, ainda que em menor intensidade, do consumo público, para 0,8% (em 2014 registou um decréscimo de 0,5%), já que o **crescimento do investimento desacelerou** para 3,8% (foi de 5,5% em 2014). De salientar que o maior crescimento do consumo privado reflecte a aceleração da componente de bens não duradouros e serviços, que cresceu 1,9% (1,3% em 2014), já que a componente de bens duradouros, em muito determinada pela componente automóvel, desacelerou, embora mantendo ainda um elevado crescimento de 11,4% (14,6% em 2014). Por outro lado, a desaceleração do investimento decorreu da variação de existências, uma vez que a formação bruta de capital fixo (FBCF) até acelerou para 3,6% (2,8% em 2014), fruto do crescimento da FBCF em construção de 4,1% (-3,2% em 2014) e da aceleração da FBCF em equipamento de transporte, para 25,4% (18,8% em 2014).

A evolução menos negativa da procura externa líquida resultou da **aceleração do crescimento das exportações** de bens e serviços que, de 3,9% em 2014, passou para 5,1% em 2015, apesar de também as importações terem

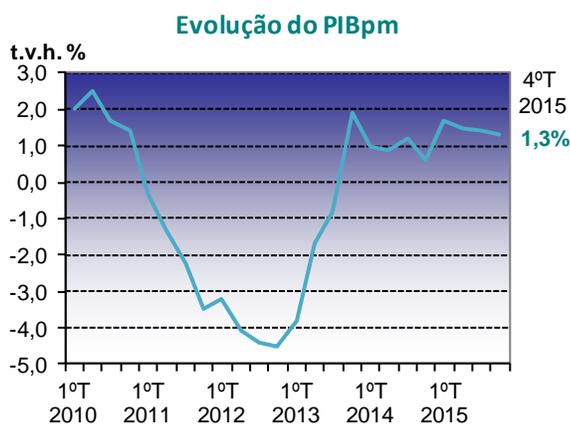
acelerado, mas em menor escala: de 7,2% em 2014 para 7,3% em 2015. Estes resultados globais contaram com o contributo quer da aceleração das exportações de bens, que de um crescimento de 3,6%, em 2014, passou a 5,8% em 2015, quer da desaceleração da importação de serviços, que de um aumento de 10,3% em 2014, passou a somente 4,3% em 2015. Resultados parcialmente contrariados pela aceleração da importação de bens, de 6,7% em 2014 para 7,8% em 2015, e pela desaceleração da exportação de serviços que de uma variação de 5% em 2014 passou a 3,1% em 2015 (apesar de se ter mantido um crescimento significativo na exportação dos serviços da componente de turismo).

Já em termos trimestrais, o ligeiro abrandamento verificado no crescimento homólogo do PIB, no 4º trimestre do passado ano, face ao trimestre anterior, decorreu em grande medida do contributo mais negativo da procura externa líquida (de -0,9 p.p., no 4º trimestre de 2015, compara com -0,7% no 3º trimestre e com -1,1% no 4º trimestre de 2014), já que o contributo da procura interna para o aumento do PIB, estabilizou nos 2,1 pontos percentuais, coincidente com o do terceiro trimestre.

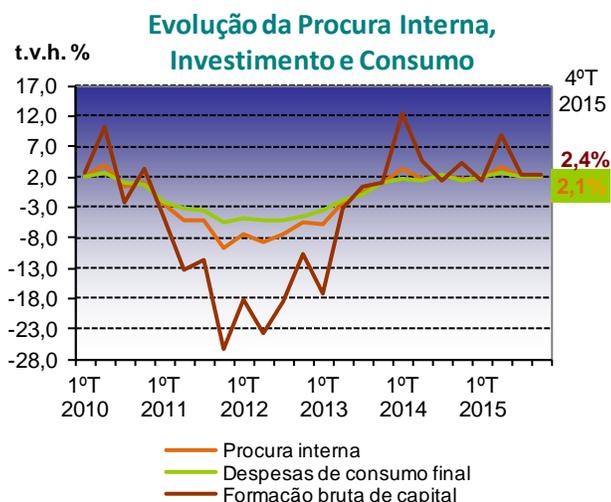
No último trimestre de 2015 o crescimento homólogo da procura interna (2,1%) e das suas várias componentes, foi semelhante ao do 3º trimestre.

No entanto, por comparação com os indicadores registados no 4º trimestre de 2014, se por um lado a procura interna acelerou ligeiramente (de 1,7% para 2,1%) importa sobretudo relevar as componentes que contribuíram para essa aceleração.

A aceleração alcançada face ao último trimestre de 2014 (com um crescimento homólogo de 1,7%) decorreu do maior dinamismo do consumo, quer privado (passou de 2%



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 29/02/2016

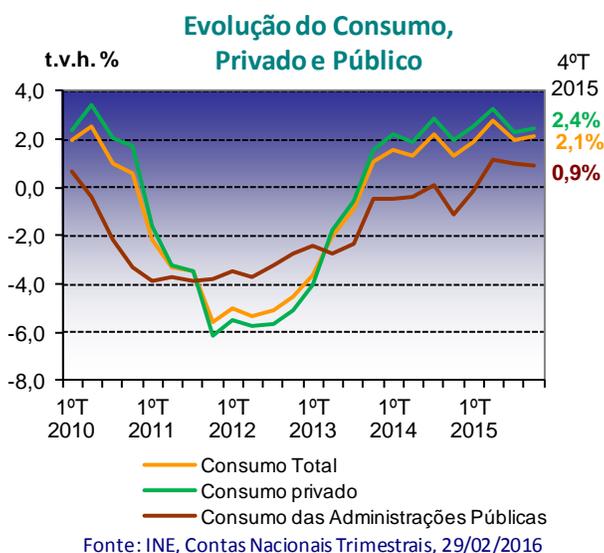


Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 29/02/2016

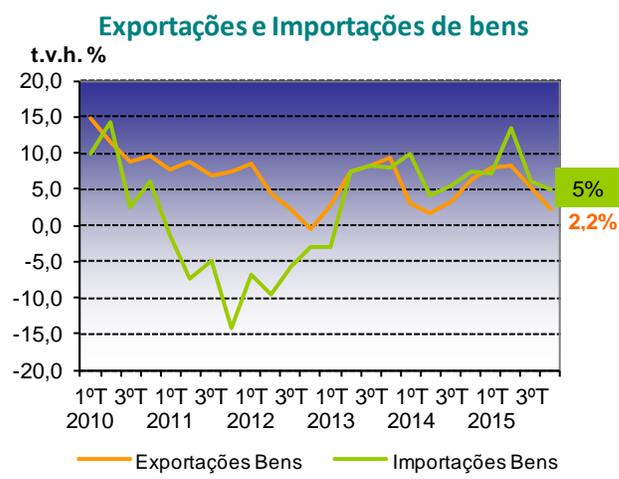
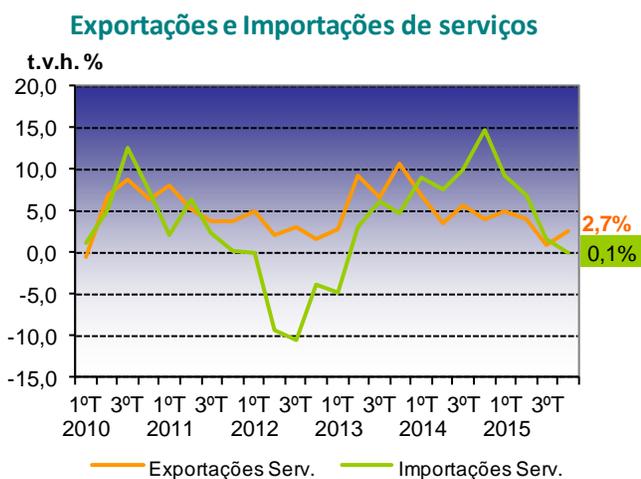
para 2,4%, do 4º trimestre de 2014 para o 4º trimestre de 2015), quer público (passou de -1,1% no 4º trimestre de 2014 para 0,9% no 4º trimestre de 2015), parcialmente contrariados pela desaceleração do investimento de 4,3% no 4º trimestre de 2014, para 2,4% no 4º trimestre de 2015.

De salientar ainda a alteração na dinâmica das componentes do consumo privado, quando comparada com a situação de há um ano atrás: a aceleração no ritmo de crescimento das despesas de consumo final das famílias tem associada uma ligeira aceleração no crescimento do consumo de bens não duradouros e serviços (que correspondem a mais de 90% do total das despesas de consumo), de 1,1% no 4º trimestre de 2014, para 2% no 4º trimestre de 2015 e uma desaceleração no crescimento do consumo dos bens de consumo duradouros de 13,1% para 7,7%, do 4º trimestre de 2014 para o de 2015, respectivamente, em grande medida associado à desaceleração registada na venda de veículos automóveis.

Por outro lado, mais relevante que a desaceleração do crescimento do investimento de 4,7%, no 4º trimestre de 2014, para 2,4% no 4º trimestre de 2015, é passarmos de um crescimento de 2,8% na Formação Bruta de Capital Fixo para um decréscimo de -0,9%, relativamente ao qual se assinala que a única evolução favorável se registou na FBCF na Construção, com um crescimento homólogo de 3,9% (-1,5% no 4º trimestre de 2014), já que a FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos, e sistemas de armamento registou um decréscimo homólogo de -10,3% (no 4º trimestre de 2014 cresceu 9,6%) e o crescimento da FBCF em Equipamento de transporte desacelerou para 9,1% (era de 19% no 4º trimestre de 2014).



a única evolução favorável se registou na FBCF na Construção, com um crescimento homólogo de 3,9% (-1,5% no 4º trimestre de 2014), já que a FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos, e sistemas de armamento registou um decréscimo homólogo de -10,3% (no 4º trimestre de 2014 cresceu 9,6%) e o crescimento da FBCF em Equipamento de transporte desacelerou para 9,1% (era de 19% no 4º trimestre de 2014).



Face à situação há um ano atrás, manteve-se o contributo negativo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, em -0,9 p.p. (foi de -1,1 p.p. no 4º trimestre de 2014). Com efeito, o crescimento das exportações desacelerou para 2,3% no 4º trimestre de 2015 (compara com 5,6% no 4º trimestre de 2014 e com 4% no 3º trimestre de 2015), e o das importações desacelerou para 4,3% (compara com 8,5% no 4º trimestre de 2014 e com 5,4% no 3º trimestre de 2015). De salientar ainda a progressiva desaceleração da importação de serviços, que praticamente estagnou no último trimestre do passado ano, com uma variação de apenas 0,1%. Por outro lado, e não obstante o bom desempenho da componente do turismo na exportação de serviços em 2015, verificou-se uma desaceleração expressiva na exportação total de serviços, para 2,7%, face ao último trimestre de 2014 (em que cresceu 4%).

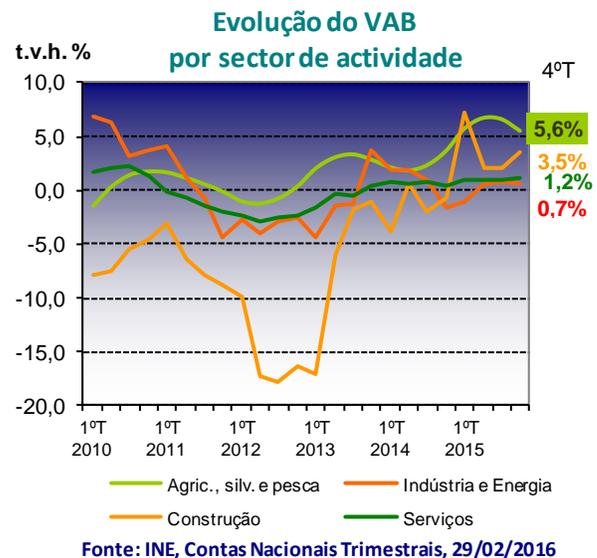
Finalmente, uma referência à manutenção de elevados ganhos nos termos de troca no 4º trimestre de 2015, bem como à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços, que ascendeu a 1,4% do PIB (compara com 0,7% no 4º trimestre de 2014 e com 1,1% no 3º trimestre de 2015).

Sectores de Actividade

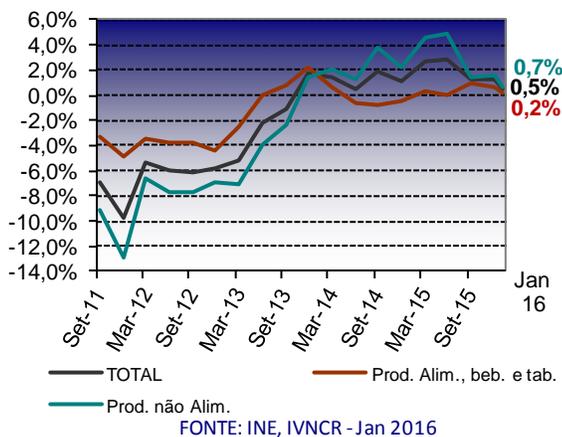
No sector da agricultura, silvicultura e pesca o VAB registou um crescimento homólogo de 5,6%, no último trimestre de 2015.

O sector da Construção acelerou no último trimestre, com um crescimento homólogo de 3,5%. O sector da indústria e energia estabilizou com um crescimento homólogo de apenas 0,7%, resultado da variação homóloga persistentemente negativa do VAB da energia (-6,5% no 4º trimestre de 2015), já que o crescimento homólogo do VAB da indústria estabilizou nos 2,2% nos dois últimos trimestres do passado ano.

Finalmente o VAB do sector dos serviços estabilizou também com um aumento de 1,2% face ao 4º trimestre de 2014. Os ramos do Comércio, Reparação de veículos e Alojamento e Restauração, com um aumento homólogo de 2,7% no VAB, continuaram a ser os mais dinâmicos do sector dos serviços, o ramo das Actividades financeiras, de seguros e imobiliárias aceleraram no segundo semestre, com a VAB a crescer 1,6% no último trimestre, enquanto a evolução do VAB do ramo dos transportes foi crescentemente negativa, com uma variação homóloga de -3% no 4º trimestre de 2015.

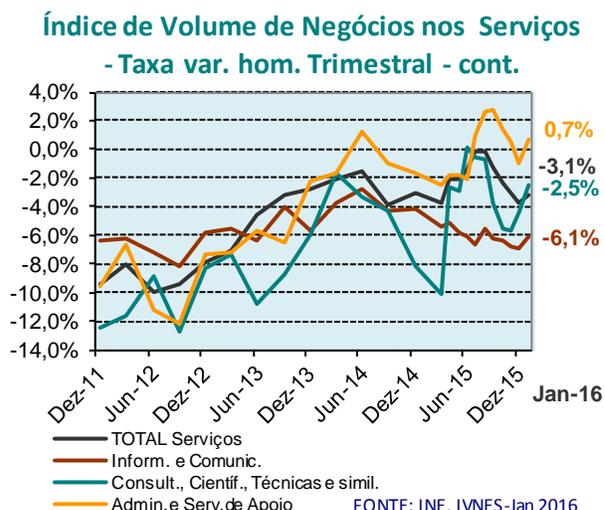
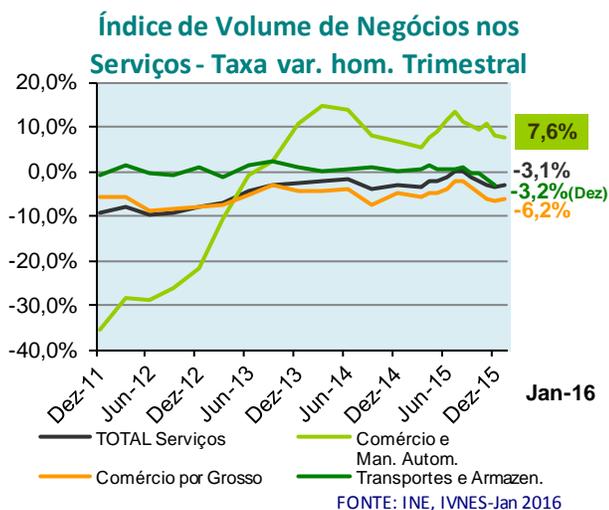


Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho - Taxa var. hom. trimestral



A evolução do índice de volume de negócios do comércio a retalho ao longo do passado ano, a par da evolução do consumo privado, caracterizou-se por um maior dinamismo no primeiro semestre, tendo desacelerado no segundo semestre, com um crescimento homólogo de 1,2% no último trimestre de 2015, que passou a 0,5% no trimestre terminado em Janeiro do corrente ano. No conjunto do ano, o desempenho ficou acima daquele que registara em 2014: a variação homóloga do índice do volume de negócios no retalho foi de 2% em 2015, acima de 1,2% registado em 2014.

No conjunto do sector dos serviços (excluindo o comércio a retalho) a evolução do índice do volume de negócios manteve-se negativa no ano de 2015, com um decréscimo homólogo de -2,1% (que compara com -2,7% em 2014), e de -1,9% no ano terminando em Janeiro de 2016, embora a evolução seja distinta nos diferentes ramos de actividade. O ramo que mais se destacou no conjunto do ano de 2015 foi o do Alojamento que, reflectindo o desempenho muito positivo do turismo, registou um acréscimo homólogo no respectivo índice do volume de negócios de quase 16% (compara com cerca de 7% em 2014), tendo sido, a par do ramo da restauração, com um crescimento homólogo de 3,7% em 2015 (1,6% em 2014), os únicos ramos que melhoraram o seu desempenho, face a 2014. Pelo contrário, os ramos das actividades de Consultoria e programação informática e actividades relacionadas, de Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião, de Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, de Investigação científica e de desenvolvimento, de Telecomunicações, e de Emprego, pioraram a sua performance, com variações homólogas nos respectivos índices de volume de negócios de, respectivamente, -14,8% (-4,8% em 2014), -10,3% (-0,9% em 2014), -8% (0,3% em 2014), -6,9% (1,6% em 2014), -5,8% (-4,7% em 2014) e de -1,6% (13,9% em 2014). O índice do volume de negócios do comércio grossista registou também um decréscimo homólogo de -4,8% em 2015 (-5,3% em 2014), enquanto que o do ramo do Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos cresceu 9,4% (10,6% em 2014). Os dados disponíveis para o mês de Janeiro do corrente ano não revelam alterações significativas no índice do volume de negócios dos vários ramos dos serviços.



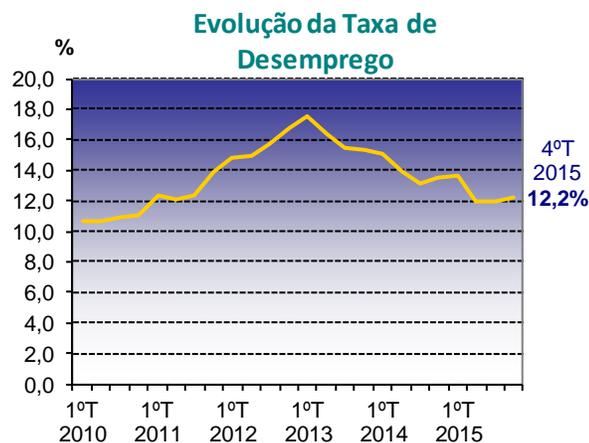
Mercado de Trabalho

Depois da recuperação observada no primeiro semestre do passado ano no mercado trabalho, o abrandamento no crescimento do emprego no terceiro trimestre comprometeu a evolução do emprego no conjunto do ano, face a 2014. Com efeito, apesar da recuperação verificada no 4º trimestre, o emprego em 2015 cresceu 1,1%, acréscimo inferior ao registado em 2014 (de 1,6%). Do mesmo modo a taxa de desemprego que em 2014 diminuía 2,3 pontos percentuais, no ano de 2015 recuou apenas 1,5 p.p, situando-se em 12,2%.

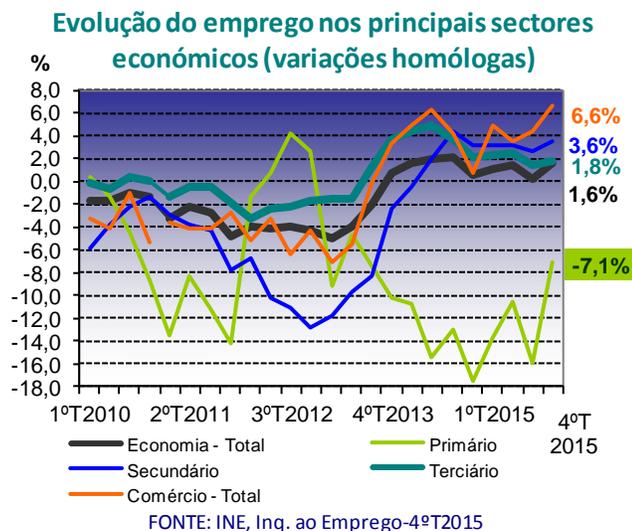
O número de desempregados em 2015 ascendeu a cerca de 647 mil indivíduos, reflectindo uma redução homóloga de cerca de 80 mil indivíduos (-11%), também menor que a registada em 2014 (de quase -130 mil indivíduos, ou seja, -15% que em 2013).

No que se refere à evolução do número de desempregados ao longo do ano, o decréscimo mais significativo observou-se no segundo trimestre, com uma redução homóloga, de quase -15%, tendo sido no quarto trimestre que se registou o decréscimo homólogo menor, de -9,2%.

Em termos sectoriais, a evolução do emprego no quarto trimestre traduziu-se por um decréscimo menos acentuado no sector agrícola, de -7,1% (-15,9% no 3º trimestre de 2015 e -17,5%, no quarto trimestre de 2014) e por um aumento de 3,6% no emprego da Indústria, Construção e Energia, mais significativo, seja em relação ao 3º trimestre (variação homóloga de 2,7%), seja em relação ao trimestre homólogo (3,3% no 4º trimestre de 2014). No sector dos serviços o aumento homólogo do emprego foi de 1,8% (acima da variação registada no terceiro trimestre, 1,5%, mas abaixo do acréscimo homólogo verificado no último trimestre de 2014, de 2,1%). No conjunto do passado ano, face a 2014, o emprego no sector primário reduziu-se 12%, no secundário cresceu 3,2% e no sector dos serviços o crescimento foi de 2%. No emprego do sector do comércio o crescimento em 2015 foi de 4,9% e o ramo automóvel foi o que registou o aumento mais acentuado, com uma variação homóloga de 18,8%, seguido do comércio grossista, com um aumento de 7,4% e do comércio a retalho com um acréscimo de apenas 1,3% e variável ao longo dos vários trimestres, tendo-se destacado positivamente no 4º trimestre com um acréscimo de 4,2%.

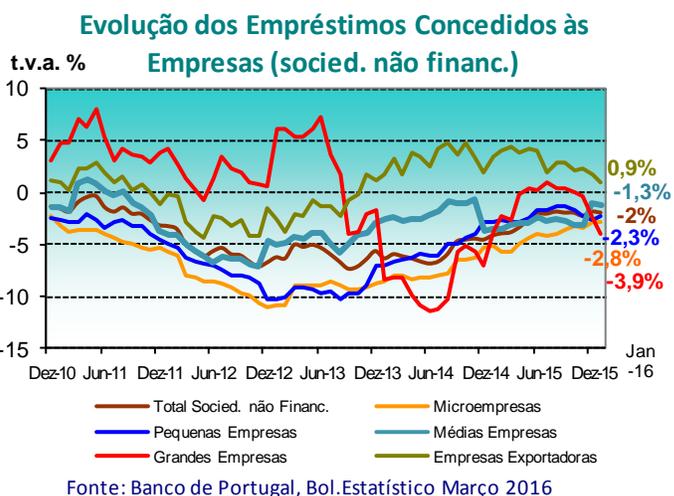


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 4ºT 2015



Financiamento das empresas

O ano de 2015 foi marcado pela manutenção das taxas de juro em níveis historicamente baixos, a par da inflação também baixa, e caracterizou-se pela continuação de um contexto de acesso muito restrito ao crédito por parte das empresas. A evolução dos Empréstimos concedidos às empresas ao longo do ano, caracterizou-se por variações sempre negativas, face a 2014, em todos os segmentos de empresas, por dimensão, exceptuando-se somente o segmento das empresas exportadoras, onde a variação foi sempre positiva. Em Janeiro do corrente ano a taxa de variação anual no total de empréstimos às empresas foi de -2%, de -3,9% às grandes empresas, de -2,8% às microempresas e de +0,9% às empresas exportadoras. Os resultados do Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito, realizado pelo Banco de Portugal em Janeiro deste ano, e referente ao 4º trimestre de 2015, revelam que nesse último trimestre se mantiveram os critérios de concessão de crédito às empresas, embora se tenham contratualizado spreads inferiores nos empréstimos de risco médio, quer a PME como a grandes empresas. Os bancos inquiridos não antevêm alterações significativas para o primeiro trimestre de 2016, do lado da oferta e alguns antecipam um ligeiro aumento na procura de empréstimos ou linhas de crédito por parte das PME, bem como nos empréstimos de curto e de longo prazo.



Evolução das contas públicas

O saldo provisório das Administrações Públicas (AP) no conjunto do ano de 2015 (Óptica da Contabilidade Pública) ascendeu a -4.594,2 milhões de euros, segundo os dados divulgados pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO) no final de Janeiro do corrente ano, situando-se 499 milhões de euros abaixo da meta definida no Orçamento de Estado inicial. Contudo, tendo por base o universo comparável entre 2015 e 2014, a DGO conclui que o Saldo Global das Administrações Públicas reflecte uma melhoria de 2.567,5 milhões de euros, face à execução de 2014, fruto do efeito combinado da redução da despesa em -2,4% e do aumento, ainda que em menor proporção, de 0,8%, na receita. Para a diminuição da despesa contribuiu sobretudo a redução da despesa em subsídios à formação profissional, a redução da despesa com pessoal e a descida nas prestações de desemprego, que mais do que compensaram o acréscimo registado na despesa de investimento. Do lado da receita, verificou-se um aumento de 5,2% na receita fiscal, mas parcialmente eliminado pela redução em outras rubricas da receita total.

Por subsectores das AP, a redução do défice resultou da redução do défice da Administração Central, e do aumento dos excedentes da Segurança Social e da Administração Local e Regional, neste último caso, devido em grande medida à regularização de dívida de anos anteriores, em montantes inferiores às regularizações feitas em 2014.

O Orçamento de Estado para 2016 tem subjacente uma estimativa de défice orçamental de 4,3% do PIB em 2015 e propõe a meta de 2,2% do PIB para o défice de 2016.

(Relatório concluído a partir da informação disponível até 21 de Março de 2016)

Economia Portuguesa

Quadro Síntese

Taxas de variação homólogas (em volume, quando aplicável)

Indicadores	4º Trimestre 2015		4º Trimestre * 2014		
PIB (Produto Interno Bruto)	1.3		0.6 (1.1)		
VAB agricultura	5.6		3.7 (4.0)		
VAB indústria e energia	0.7		-1.5 (1.7)		
VAB construção	3.5		-0.7 (-3.5)		
VAB serviços	1.2		0.4 (0.8)		
Índices de Volume de Negócios	Trimestre terminado em:		Trimestre terminado em:		
- na Indústria	Dez 2015	Jan 2016	Dez 2014	Jan 2015	Dez 2014
	-2.2	-1.9	-1.5	-0.9	(-1.0)
- no Comércio a Retalho (exclui o sector automóvel)	Trimestre terminado em:	Dez 2015	Trimestre terminado em:	Dez 2014	Dez 2014
	Dez 2015	Jan 2016	Dez 2014	Jan 2015	Dez 2014
	1.2	0.5	1.1	1.6	(0.3)
- nos Serviços	Trimestre terminado em:	Dez 2015	Trimestre terminado em:	Dez 2014	Dez 2014
	Dez 2015	Jan 2016	Dez 2014	Jan 2015	Dez 2014
	-3.7	-3.1	-3.1	-3.7	(-3.1)
Procura Interna	2.1		1.7 (1.4)		
Investimento (FBC)	2.4		4.3 (3.0)		
Consumo das Famílias	2.4		2.0 (1.9)		
IPC	Dez 2015	Fev 2016	Dez 2014	Fev 2015	Dez 2014
- Variação homóloga (mensal)	0.40	0.40	-0.36	-0.21	(-0.36)
- Variação média dos últ. 12 meses	0.49	0.64	-0.28	-0.33	(-0.28)
Exportações	2.3		5.6 (5.1)		
- Bens	2.2		6.2 (6.6)		
- Serviços	2.7		4.0 (0.9)		
Importações	4.3		8.5 (6.9)		
- Bens	5.0		7.4 (6.1)		
- Serviços	0.1		14.7 (11.5)		
Desemprego (Taxa de)	12.2%		13,5% (13,5%)		
Taxa de Juro de empréstimos a sociedades não financeiras (em %, média ponderada)	Dez 2015	Jan 2016	Dez 2014	Jan 2015	Dez 2014
	2.98%	3.59%	4.09%	4.61%	4.09%

*Os valores entre-parentesis correspondem aos números disponibilizados quando da preparação do número deste boletim referente ao 4º trimestre de 2014, alguns deles entretanto revistos pelo INE.

